

trada de rodagem ela fica no quilômetro 597 e por estrada de ferro, no quilômetro 779, 180 quilômetros de diferença, uma economia de 30% nos serviços de operários assalariados, de tempo, de desgaste de material. Enfim, tudo se reduz a 30% menos.

Agora, nos batemos pela eletrificação como uma medida até patriótica porque não temos, ou não queremos que tenhamos, auto-suficiência de petróleo. Então, temos que queimar nossas divisas para transportarmos estas mercadorias que vêm por estrada de rodagem, quando temos aqui, correntes gratuitamente, os rios que poderiam estar movimentando estas composições.

Neste ponto é que me bateo pela eletrificação e retificação, que representam um volume econômico momentâneo que trará economia não só no montante como também dará fabulosos lucros ao próprio Estado e à União, e nos tornará independentes no consumo de combustível.

Assim, sou favorável a este projeto, e solicitamos mesmo aos deputados da maioria que se interessem pelo sentido humano do que representa neste caso a Sorocabana. A Sorocabana tem sido lembrada aqui dentro apenas pela greve e que seus homens foram obrigados a recorrer para conseguirem o que merecem.

O Sr. Blota Junior (Com assentimento do orador) — Nobre deputado José Sanches Postigo, acompanho o discurso de V. Exa., mas tenho a impressão que V. Exa. deveria endereçar o apelo que acaba de fazer, não à bancada ligada ao Sr. Governador do Estado...

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Mas depende dela!

O Sr. Blota Junior — ...devia, sim, endereçá-la à totalidade da Casa, e até em especial aos elementos que, de certa maneira, ou bem intencionados, como é o caso de V. Exa., e acreditado de outros deputados, ou por amor à obstrução, têm impedido a aprovação deste projeto. A Casa, na maioria das vezes, não estuda bem os projetos que cada deputado vai debater nesta tribuna. Devo dizer que, pelo que ouvi, V. Exa. conhece e estudou o problema. Mas, pergunto a V. Exa. o seguinte: como podem os deputados ligados ao governo pensar num tratamento mais humano para os ferroviários, segundo solicita V. Exa., se a Assembléia Legislativa não quer este tratamento mais humano? E ptovo a V. Exa. Este projeto de lei custa 3 milhões de juros por mês à Sorocabana junto ao B.N.D.E. Está aqui desde 1961 e vai demorar para ser aprovado. E no entanto, nobre deputado, a diferença de juros que a Sorocabana paga ao B.N.D.E., antes e depois da aprovação, é de 3,5%. Está aqui um documento, escrito aliás a este deputado, que figurou no começo do ano como raitor. E, por cautela, solicitei ao Executivo melhores informações, e devo afirmar a V. Exa. que nessa época, a 27 de julho, informava a Estrada de Ferro Sorocabana que se fazia mister a urgente aprovação do projeto de lei, porquanto a Estrada paga ao Banco interessado juros de 12% ao ano que serão reduzidos a 8,5% assim que o contrato for aprovado e reajustado, condição aliás, expressa na cláusula 9 do contrato. Portanto, antes de aprovado o projeto, 12% depois de aprovado, a Sorocabana pagará 8,5% ao ano. Diferença, portanto, de 3,5% sobre 1 bilhão, dando a soma de cerca de 3,5 milhões por ano, que, divididos, dão cerca de 3 milhões. Vou aguardar, para terminar meu aparte, que o deputado Araripe Serra, pare de resumir junto ao microfone, porque S. Exa. tem recursos parlamentares ao seu alcance e é inclusive um deputado que tem capacidade para discutir através do diálogo, e vai insistir junto a V. Exa. que o P.S.P. não quis aprovar em 1961 e devo dizer a V. Exa., antes que o deputado venha com esta alegação junto ao microfone dos apertes, que V. Exa. revise os Anais, e se encontrar obstrução do P.S.P. nos termos em que a obstrução está hoje se procedendo, que apresente uma prova. S. Exa. poderá alegar que não foi aprovado em 1961, por desinteresse e obstrução, mas não poderá provar, porque já tive ocasião de conversar com os deputados oposicionistas da época, e, nestas condições, não estou dizendo que esta Casa deva ou não aprovar, digo apenas que esta demora na aprovação do projeto custa 3,5 milhões por mês à Sorocabana.

E, em vez de ficarmos nesta tribuna, dias e dias, explorando um assunto que já está explorado, devíamos dar à Sorocabana condições de reaparelhar-se melhor, economizando, inclusive, este dinheiro, com o que teria condições de ganhar mais dinheiro, e, assim, possivelmente, ter as condições humanas que V. Exa. reclama.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Agradeço o aparte do nobre deputado, e que dizer a V. Exa. que V. Exa. está preocupado com os juros deste emprestimo, e nós temos preocupação pelo montante do capital. Porque, não é justo que o Estado gaste uma fortuna e mais todo o montante da Sorocabana para entregar em mãos de operários que não estão satisfeitos, que não estão sendo suficientemente pagos e que poderiam comprometer, inclusive, a ferrovia, mais do que os simples juros. O que procuramos é resolver "in totum" o problema da Sorocabana através do que ela tem de mais sagrado, que são seus operários, seus ferroviários.

Não sei se V. Exa. entendeu, mas quero dizer que os operários bem pagos, bem remunerados, humanamente tratados são operários que zelam pelo que lhes é confiado; é um operário que poderá fazer com que um imenso capital seja convenientemente protegido. E este capital só será convenientemente protegido se estas pessoas que vão lidar com o capital, que vão lidar com o material estiverem satisfeitos, estive-

rem devidamente remunerados para poderem zelar com carinho e amor no desempenho das suas funções. (Muito bem!)

E' isto que procuramos resolver. E apelamos para que, antes que se resolva o caso deste processo, se resolva o caso dos funcionários da Sorocabana, que foge não só aos juros deste processo como atinge uma zona de uma população de 1 milhão de habitantes que sofreu as agruras que V. Exa. desconhece, porque não esteve nesta capital, uma população que ficou sem correspondência, sem telegrafo, sem transportes, principalmente a classe humilde, porque o aparelhamento para o transporte não se pode fazer de um momento para outro.

Isto é o que nos preocupa: que não voltemos às greves, que façamos justiça a estes homens nas suas reivindicações. Por este prisma é que levantamos o assunto da Sorocabana, e que se encerre de uma vez, de uma forma airosa para todos, esta mal-fadada greve que tantos prejuízos traz, mais do que estes juros têm trazido à zona da Sorocabana, que represento nesta Casa. Por isto, fiz um apelo à bancada de V. Exa. para que agitasse o problema, não ignorando a força que tem junto ao governo.

O Sr. Blota Junior — Estamos tentando colaborar. O que não entendemos é o ponto de vista de V. Exa. de que não se deve reaparelhar a Sorocabana, porque operários mal pagos não têm capacidade para cuidar deste equipamento vultoso.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — V. Exa. foge ao meu pensamento ou eu me expressei mal. Eu disse o seguinte: operários condignamente pagos, satisfeitos em suas reivindicações, apresentam boa disposição para o trabalho.

O Sr. Blota Junior — O que tem a ver uma coisa com outra?

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Esse material vai ser entregue aos ferroviários.

O Sr. Blota Junior — E V. Exa. acha que eles não vão cuidar bem disso?

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Se fossem atendidas suas reivindicações, cuidaríamos do material com mais carinho, com mais zelo. Eu me preocupo com o material e V. Exa. se preocupa com os juros.

O Sr. Blota Junior — Eu não me preocupo com os juros. E' um detalhe desnecessário. Não estou torcendo o pensamento de V. Exa. V. Exa. defende a tese de que a Sorocabana não deve ser reaparelhada através desse empréstimo de 900 milhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Não é isso; acho que deve ser reaparelhada, mas não antes da solução do problema de seus operários, daqueles que vão manipular o material.

O Sr. Blota Junior — Eu acho que as duas coisas são importantes. Como estamos estabelecendo quase um diálogo — V. Exa. é generoso, ao conceder-me os apertes, embora logo os interrompa — tenho a impressão de que poderemos chegar a um acordo. Uma coisa nada tem que ver com a outra. O aparelhamento da Estrada de Ferro Sorocabana, é decorrência do Projeto de lei n.º 38 de novembro de 1956; e esse projeto foi elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para reaparelhamento da Sorocabana. Portanto, em 1956, houve uma mensagem, de n.º 377, que encaminhou a esta Assembléia o projeto de lei correspondente. Foi um acordo e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos chegou à conclusão de que a Sorocabana, para se reaparelhar, necessitava do que vem aqui, no final do contrato: aquisição de 586 vagões; aquisição de 586 conjuntos de freios, aquisição de trilhos, eventuais gastos etc. Tendo ouvido, inclusive, deputados falarem a respeito de vultosa verba, que deve ser verificada. Há a cláusula 4.a dizendo que qualquer adjudicação desse projeto tem de ser submetida ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Nenhuma adjudicação será feita sem que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico investigue, aceite e depois pague. De modo que ninguém vai receber os 900 milhões de cruzeiros para comorar o que quiser. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, apenas, pede o referendo desta Casa, o aval desta Casa. Nessas condições, esta Assembléia dá o aval, ou não dá: resolve, ou não resolve. Mas, nobre deputado, ficarmos em torno de termos correlatos, qual seja, a greve da Sorocabana, ou de quaisquer outros assuntos que não têm relação com a parte essencial deste contrato, V. Exa. há de me perdoar, é obstrução legítima. E eu, então, me permito chamar a atenção da Casa porque V. Exa. fez um apelo aos deputados do governo no sentido de modificarem esse estado de coisas. E esta Casa insiste nesta demora, não permitindo que a Sorocabana se reaparelhe pois, reaparelhada, poderá render mais e, assim, atender melhor as reivindicações de seus funcionários. Isso é curial. E' de meridiana clareza que uma ferrovia aparelhada pode render mais, transportar mais, ganhar mais e atender melhor a seus ferroviários.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Nobre deputado Blota Junior, discorde de V. Exa. nesse ponto. Eu acho que o que temos feito é procurar, através desses processos ou de outros processos, que se escorrem trinta dias de tregua da Estrada de Ferro Sorocabana, sem que se consiga chegar a um acordo. E as nossas válvulas, nosso meio de apelo é esta tribuna.

O Sr. Blota Junior — Sem dúvida.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — De forma que nem sabe V. Exa. que temos feito nada mais, nada menos do que uma luta através deste microfone, através desta tribuna, em defesa de reivindicações dos operários, que lutam por aquilo que nos parece justo. Mais do que isso, tentamos procurar, desta tribuna, nesta segunda vez e, que

a ocupo, fazer a defesa não só dos operários mas de toda uma região, que precisa tranquilizar-se ante a iminência de reatamento da greve.

De forma que V. Exa. há de convir que este material, que pode ser adquirido futuramente para os homens que moram na Alta Sorocabana, não virá, absolutamente, melhorar, no momento, a situação; ao contrário, a greve virá reagrar esta situação desastrosa em que se encontra toda a zona há deztoite dias.

E' exatamente a iminência de volta à greve, a iminência do isolamento daquela região que nos traz à tribuna; ponho este assunto como preferencial, para fazermos com que se abram as portas do Palácio dos Campos Elísios, a fim de propiciar um entendimento com os ferroviários da Sorocabana e se revoguem as punições que têm recaído sobre inúmeros ferroviários que se solidarizaram com seus colegas.

E' esta tribuna, dentro do regime democrático, o único meio de que dispomos para cuidar, para solicitar, para poder encaminhar ao Palácio do Governo, o nosso interesse, o nosso desejo no sentido de que os ferroviários da Sorocabana sejam atendidos nas suas reivindicações.

Procurei, dentro do meu ponto de vista pessoal, excluir do terreno político o caso da Sorocabana, porque eu, que convivo com inúmeros trabalhadores da Sorocabana, sei do espírito de disciplina e de ordem desses homens, do seu amor ao trabalho e à própria ferrovia.

O Sr. Sival Antunes de Souza (Com assentimento do orador) — Devo dizer a V. Exa., nobre deputado José Sanches Postigo, que acredito na sua sinceridade. Estou observando que V. Exa. se preocupa principalmente com o aspecto humano da questão. Mas, quero reafirmar, sem descer à sinceridade de V. Exa., que existe realmente um nexo de casualidade entre o reaparelhamento da Sorocabana e o tratamento mais compatível com a dignidade humana desses ferroviários. Porque uma empresa somente pode pagar bem seus empregados quando auferir renda que possa autorizar esse tratamento. V. Exa., nobre deputado José Sanches Postigo, se tem apresentado nesta tribuna com altanería, com dignidade...

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Sival Antunes de Souza — ...procurando respeitar os colegas da Assembléia. Quero dizer que isso não acontece com outros, que assomam à tribuna para fazer exploração demagógica, procurando, assim, angariar simpatia maior no seio dos ferroviários. Mas V. Exa. vem aqui com sinceridade. Queremos reafirmar que o interesse do Governador Adhemar de Barros, homem de sensibilidade política, para com os problemas humanos, é extraordinário. Haja vista o problema da greve dos professores, que foi resolvido à altura; o aumento do funcionalismo, na base de 60%. Tudo isso nos faz crer que o Governador Adhemar de Barros quer dar aos ferroviários um tratamento consentâneo com a realidade social e econômica do Estado de São Paulo.

Poderíamos, então, a esta altura, levantar esta indagação: o Sr. Governador Adhemar de Barros, que tem procurado resolver com espírito humano acima de tudo o problema das greves que irromperam em São Paulo, como no caso do professorado, no caso do aumento geral do funcionalismo, por que não daria, então, à Sorocabana? E' porque o Governador Adhemar de Barros espera desta Assembléia a aprovação desta proposição para que, com o reaparelhamento da Sorocabana e rendimento maior, possa atender os reclamos da classe dos ferroviários. Quero agradecer a V. Exa. essa gentileza por me conceder o aparte e espero que V. Exa. conclame e apele a toda esta Assembléia, tanto a maioria quanto à oposição, para que todos, em uníssono, deem ao Governador Adhemar de Barros os meios para atender às reivindicações classistas do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Agradeço ao jovem deputado Sival Antunes de Souza o seu aparte. Tenho a dizer, não só pelo que me tem sido dado observar nesta Casa, que, realmente, se deve sobrepor a todos os interesses o interesse humano. E' exatamente isto que nós queremos: que se sobreponha a todos os interesses o interesse humano. Falar-se em bilhões e em juros de milhões de cruzeiros nesta hora seria o mesmo que falar em banquete na casa de faminto. Um pouco de condescendência do governo e teremos os ferroviários da Sorocabana mais uma vez trabalhando, lutando com o denodo e amor que dedicam as causas de sua estrada. E posso dizer, pois os conheço de perto, quanta afeição dedicam à sua Estrada. Não só à sua Estrada, mas ao crescimento de São Paulo, porque são paulistas quase todos, e todos brasileiros, patriotas que lutam pelo engrandecimento da Estrada de Ferro Sorocabana, consequentemente, pelo engrandecimento de São Paulo.

O Sr. Farabullini Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) Nobre deputado, desejo apartá-lo apenas para contraditar este jovem, vibrante e idealista deputado de Andradina, Sival Antunes de Souza. Oxalá esta Casa tivesse, nas suas cento e quinze cadeiras, inclusive na Presidência, jovens bem intencionados como Sival Antunes de Souza. Ocorre, nobre deputado Sival Antunes de Souza, que V. Exa. laborou em erro, enquanto entendeu ser humano o Sr. Governador do Estado. A meu ver, ele é desumano, mas não sou eu quem fala, porque sou seu opositor nesta Casa, são os atos de S. Exa. ou de seus subordinados, porém por ele ratificados.

(Lê) "Circular Interna n.º 37.575/63" bem recente, portanto "Srs. ajudantes: Sr. Assistente: Sr. Chefe de setor: Srs. Chefes de Cessão: Objeto: Falta ao serviço no período de greve.

Carta Circular 859, n.º 5.796-A, de 2-12-1963, do Sr. Chefe do Departamento de Finanças.

Para vosso conhecimento, transcrevemos a seguir telegrama n.º 8.811 de 2 do corrente, do Sr. Diretor.

Comunicamo-nos que resolvemos considerar justificadas as faltas dadas ao período de 12 a 28 de novembro pelos ferroviários que atenderam ao chamado da Administração para voltar ao serviço, ainda excepcionalmente, pagar os vencimentos correspondentes ao citado período.

As faltas dadas pelos servidores que, ao período acima ou depois, não voltarem ao serviço, serão considerados injustificadas sem percepção de vencimentos.

Pedimos considerar a determinação acima em ponto do mês de novembro último". Veja V. Exa. que o Governador do Estado realmente se apresenta desumano. Não paga os vencimentos e não deseja pagar os dias em que os trabalhadores estiveram em greve. Agora, deputado José Sanches Postigo, o Governador alardeia, apregoa, anuncia a opinião pública que se os ferroviários viessem ao serviço, parlamentararia com eles. Nem isto quer fazer agora. Quando S. Exa. viajou, não sei para onde, porque não me interessa para onde ele vai, disse à imprensa, no Aeroporto, o seguinte: que no mês de dezembro, por ocasião do Natal, haveria uma boa notícia para os ferroviários. Esta é a boa notícia: não quer pagar, nobre deputado Sival Antunes de Souza. V. Exa. é muito jovem e acredita no Governador. Nós que fomos vereador, na Capital, quando o Governador de São Paulo manobrava o então Governador Lucas Nogueira Garcez, conhecemos o Dr. Adhemar de Barros. O Dr. Adhemar de Barros não tem idoneidade administrativa para falar. Ninguém de nós pode acreditar em S. Exa.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Agradeço ao nobre deputado Farabullini Júnior o aparte que me deu, trazendo ao conhecimento desta Casa instruções da Sorocabana; em que manda, num gesto desumano, que se corte o dia de salário dos operários que não compareceram ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que resta um minuto do tempo regimental de V. Exa.

O SR. JOSÉ SANCHES POSTIGO — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Assim, esta circular representa, talvez, muita fome e muita miséria em muitos lares de ferroviários, justamente nestes dias em que nos preparamos festivamente para a festa consagrada à família, que é o Natal. Justamente nestes dias, pesa sobre os ferroviários da Sorocabana essa sombra negra de miséria, vendo o seu próximo pagamento cortado em mais da metade. Lembremos o aparte do nobre deputado Sival Antunes de Souza, que creí piamente na magnanimidade do Sr. Governador. Faria a S. Exa. um apelo para que se dirigisse ao Palácio e conseguisse que se relevassem todas as punições e que os ferroviários obtivessem o que pleitearam, e, assim, eu requisesse a essa juventude as muitas homenagens de homem experimentado e maduro. Este o apelo que faço a S. Exa., que procure também nos ajudar e, principalmente nestes dias caracterizados pela necessidade de um pouco mais de abundância nos lares, para que os ferroviários da Sorocabana inocentes crianças, esposas, filhas e irmãs não venham a sentir — e pior do que eles, — a mão tirânica que esmagá-los, a arrancar-lhes sejam atendidos e possam ter um lar e um pouco conforto que têm. Este é o apelo que faço, para que os ferroviários da Sorocabana sejam atendidos e possam ter um Natal feliz.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — (Para reclamação) — Sr. Presidente, a Casa aprovou o Projeto de lei n.º 560, com sugestão de emenda do nobre deputado Hilário Torloni, e verifiquei que a Comissão de Redação dá a seguinte redação ao parágrafo único: (Lê) "Parágrafo único — A título de representação, perceberão os secretários de Estado importância que, somada à dos vencimentos de seus cargos, igual ao padrão de vencimentos..."

Quando a sugestão de emenda do nobre deputado Hilário Torloni diz: (Lê) "A título de representação, perceberão os Secretários de Estado importância que, somada, à dos vencimentos de seus cargos, igual ao padrão de vencimentos fixados por lei para os desembargadores do Tribunal de Justiça..."

Assim sendo, Sr. Presidente, encaminho à Mesa emenda de redação, e gostaria que V. Exa. me informasse se foi erro de publicação do "Diário Oficial" ou se o original do projeto se encontra igual.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, informando ao nobre deputado José Lurtz Sabia, esclarece que foi advertida do fato ora exposto pelo nobre deputado e que já determinou, face o original estar em desacordo com a publicação, a republicação do projeto no "Diário Oficial", que deverá sair amanhã, no sentido de que a afirmativa se faça na conformidade do texto original no processo: "iguale ao padrão de vencimentos fixado".

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONIDAS UMBURANAS — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, Srs. deputados, ontem o nobre deputado Israel Dias Novais trouxe a esta Casa uma notícia de certo modo alarmante, que criou um certo desassossego em toda a população da Capital e do Estado.

Nós, na qualidade de médico, procuramos averiguar as coisas nos seus devidos termos, porque a população não poderia receber isto impactado. Nós sabemos que poderia ser desencadeada uma verdadeira neurose em nossa população tendo em vista os dados que S. Exa. trouxe aqui. Disse S. Exa. que os hospitais